

Desconcentração industrial e trabalho.

Introdução:

Este trabalho procura compreender os processos relativos à desconcentração industrial paulista naquilo que se refere à classe trabalhadora, seja em relação à sua localização, seja ainda em relação à remuneração, escolaridade e participação da mão-de-obra feminina. O principal foco deste texto é compreender se o movimento de interiorização da indústria paulista na década de 90, à luz de processos da reestruturação produtiva, significou aumento da informalidade e da precarização das relações de trabalho associadas ainda à questão de gênero.

Com este trabalho procuramos dar continuidade à temática da desconcentração industrial já abordada em trabalhos anteriores¹. Neles dá-se ênfase maior para as raízes da desconcentração industrial iniciada na metrópole paulista na década de 70, ressaltando as políticas de incentivo à desconcentração e os eixos territoriais em que a mesma ocorreu. Também foram abordados a evolução da desconcentração dos três grandes grupos da indústria de transformação (bens de consumo não-duráveis, bens intermediários, bens de consumo duráveis) que mais deslocaram suas atividades produtivas para o interior. É importante mencionar que essas análises foram feitas sob a ótica da dinâmica do emprego, ou seja, foi verificado o movimento de trabalhadores ocupados na indústria de transformação paulista de acordo com os grupos e as Regiões Administrativas às quais pertencem.

O foco do presente texto é perceber se a desconcentração industrial significou aumento de informalidade tentando verificar também se o aumento de informalidade incidiu majoritariamente sobre as mulheres. Iniciamos a discussão com dados que nos mostram a retração da atividade industrial no estado de São Paulo através da dinâmica dos ocupados. Posteriormente a essa constatação, discutimos a variação do número de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada e por último é feita a relação do possível aumento de informalidade com a feminização da mão-de-obra industrial paulista.

Dados empíricos:

Todos os dados compilados são referentes às amostras dos microdados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991 e 2000. Tais dados foram trabalhados no aplicativo que permite selecionar dentro de cada variável aquelas características específicas que queremos observar.

Os microdados do IBGE totalizam 163 variáveis. Obviamente que de todas essas, apenas algumas nos interessam, sendo a grande maioria não incluída em nosso banco de dados. Sendo nosso estudo voltado para a desconcentração industrial e os impactos no trabalho, priorizamos as variáveis: ocupação, atividade econômica, escolaridade, rendimento e condição da ocupação (empregador, empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada e etc.).

Para exemplificar melhor o trabalho que foi realizado com as variáveis, dentro da variável do IBGE que classifica os indivíduos de acordo com a relação de trabalho existente entre os mesmos e o empreendimento em que trabalhavam estamos considerando apenas os trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada. Ficam excluídos, portanto, os trabalhadores domésticos, empregadores, trabalhadores por conta própria, aprendizes e trabalhadores na produção para o próprio consumo. A configuração desta variável é coerente com nosso trabalho, dado ser a indústria o objeto principal de nosso estudo, torna-se sem sentido considerar trabalhadores domésticos, por exemplo. Outra variável trabalhada diz respeito ao exercício de atividade remunerada na data em que o censo foi feito. E esta variável computa as pessoas que estavam exercendo trabalho remunerado naquela data. Para esta pesquisa

¹. ECHEVERRIA, G: **Perfil da mão-de-obra industrial paulista**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. Anais, 2008 e ECHEVERRIA, G: A desconcentração territorial e trabalho industrial no estado de São Paulo. In: XVI Encontro de Jovens Investigadores. Anais, 2008.

estamos considerando apenas os indivíduos que estavam exercendo trabalho remunerado naquele período, nas atividades relacionadas diretamente à indústria.

Na codificação do quesito ocupação, foi utilizada a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e na codificação do quesito atividade econômica, utilizou-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica-CNAE.

Para a extração, organização e sistematização das variáveis, são utilizadas como importantes ferramentas os programas Cubo² e o SPSS, que auxiliam na comparação dos dados 1991-2000. Para complementação e enriquecimento das informações buscamos ainda outras fontes de dados e informações como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a fundação SEADE.

Desconcentração industrial e trabalho

Em nossas pesquisas, temos constatado que a desconcentração da indústria não provocou aumento do emprego no interior. Ao contrário, o que de fato ocorreu no estado de São Paulo foi uma redução significativa do número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação na década de 90. A Tabela 1 nos mostra exatamente a variação do número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação nas Regiões Administrativas do estado.

Na variável que classifica a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha, a opção por selecionar apenas os trabalhadores com e sem carteira de trabalho, ocorreu para direcionar nossos estudos para a classe trabalhadora, ou, para o que muitos autores chamam, “classe-que-vive-do-trabalho”. O intuito é direcionar nossos estudos para a classe que depende do trabalho para sua sobrevivência e que, portanto está sujeita a todas as mazelas impostas pelo capital (e todos os seus ciclos e processos de valorização), o que inclui entre elas a precarização, subproletarização entre outras.

Para este trabalho, portanto, partimos da noção ampliada de classe trabalhadora que alguns autores possuem como Ricardo Antunes (1999), que entendem como classe trabalhadora todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

Ainda segundo Antunes:

“Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos Mc Donald, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exercito industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados, ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui também em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária”. (Antunes, 1999, pag.78).

² O programa Cubo foi desenvolvido pelo pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT), Everaldo Santos Melazzo e pelo analista de sistema, Suemar Everton Contessotto

A idéia de classe trabalhadora, ou classe- que- vive- do- trabalho de Antunes é muito importante para nosso estudo, no entanto, para esta pesquisa especificamente não estamos olhando para todos os setores que compõem a classe trabalhadora e sim, apenas para aqueles que participam no processo industrial e, mais particularmente, para que aqueles que se encontram no “chão da fábrica”.

Ainda segundo Antunes, o trabalhador industrial, aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital detém um caráter de centralidade no interior da classe trabalhadora. O “proletariado industrial” indica, portanto aqueles que criam diretamente mais-valia e são criadores também de valor-de-troca, por estas propriedades constituem-se no núcleo central da classe-que-vive-do-trabalho. (Antunes, 1999)

Nossa atenção volta-se, portanto para o segmento da classe trabalhadora que se encontra ocupada na indústria e que sofre, portanto diretamente todas as mudanças e reestruturações que ocorrem no interior do setor produtivo.

Retomando o ponto da desconcentração industrial, o que pode ser verificado para a década de 90 é que todas as transformações e mudanças por quais passaram a economia brasileira incidiram com maior intensidade sobre a classe trabalhadora (ou classe-que-vive-do-trabalho).

O período neoliberal, que no Brasil persistiu durante praticamente todo o decênio 1990-2000, combinou alguns elementos perversos não somente para a indústria, mas também para o mundo do trabalho de uma forma geral. A consequência foi não somente o aumento da informalidade sob a bandeira da “flexibilização do mercado de trabalho”, mas uma forte diminuição do emprego industrial. Em termos da proporção do emprego industrial no estado de São Paulo, que correspondia a 46,7% do país no ano de 1986, temos uma redução para 41,9% em 1996 (MTE, 1997-2000). Segundo ainda Pochmann, pesquisador do CESIT (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho), na década de 1990, por exemplo, o nível de emprego na indústria de transformação brasileira decaiu 27% deixando de representar 15,9% do total da ocupação, em 1989, para significar apenas 11,6% em 1999. Segundo dados do IBGE, por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil perdeu 1,4 milhão de postos de trabalho na indústria de transformação nesse mesmo período de tempo. (Pochmann, 2006)

Na indústria paulista, o comportamento do emprego não foi diferente. Considerando os 314.018 trabalhadores, a totalidade da amostra dos microdados, ou seja, 100%, o estado de São Paulo sofreu uma queda de 19,73% em seu contingente de trabalhadores como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Variação do número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação paulista na década de 1990.

	1991 %	2000 %	Variação percentual
São Paulo	54,41%	46,80%	-30,95
Campinas	16,64%	18,51%	-10,71
São Jose dos Campos	4,30%	5,02%	-6,12
Bauru	2,22%	3,06%	10,78
Araçatuba	1,70%	2,33%	10,24
Central	2,37%	2,74%	-7,01
Marília	1,65%	2,10%	1,98
São José do Rio Preto	2,56%	3,77%	18,01
Sorocaba	5,29%	6,57%	-0,26

Ribeirão Preto	2,29%	2,49%	-12,86
Presidente Prudente	1,13%	1,28%	-9,03
Santos	1,81%	1,65%	-27,07
Franca	2,10%	2,77%	5,93
Barretos	1,14%	0,73%	-48,55
Registro	0,19%	0,17%	-24,96
Total	100%	100%	-19,73

Fonte: Microdados do IBGE. 1991-2000

Org: Gregorio Echeverria de Carvalho

A região administrativa em que foi observada maior variação percentual foi Barretos (48,55%), a região sofreu uma redução de 1,14% na participação do estado para 0,73%, isto é, quase a metade. Seguindo de Barretos, encontram-se a Região Administrativa de São Paulo (30,95%), Santos (27,07%), Registro (24,96%), Ribeirão Preto (12,86%), Campinas (10,71%) e Presidente Prudente (9,03%). Não nos surpreende as variações negativas em Regiões Administrativas como: São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba dado que historicamente a indústria paulista concentrou-se neste eixo e portanto as políticas e os incentivos à desconcentração se fizeram sentir com maior força nestas Regiões Administrativas. Nos chama atenção uma desconcentração significativa em RA(s) como Registro, Central e a própria RA de Barretos, “campeã” na variação percentual entre 1990 e 2000. É possível que estes casos de “exceção” tenham como causa, políticas locais específicas destas regiões administrativas e uma compreensão mais aprofundada destas devem requerer um recorte analítico mais detalhado.

Poucas foram, portanto as regiões que apresentaram variações positivas, entre elas encontram-se: São José do Rio Preto (variação de 18,01%), Bauru (10,78%), Araçatuba (10,24%), Franca (5,93%) e Marília (1,98%). O próximo passo é, portanto verificar o comportamento na contratação com e sem carteira de trabalho assinada já que este é um dos principais objetivos deste texto. A constatação de maiores ou menores variações no número de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, pode ser um bom indicador se houve ou não melhorias nas relações de trabalho.

Reestruturação produtiva e trabalho

O modelo de acumulação taylorista/fordista havia demonstrado ser insuficiente para dar prosseguimento às elevadas taxas de acumulação. Antunes (1998) aponta seis traços que foram marcantes e cruciais para o capital dar continuidade às novas taxas de acumulação perante as transformações pelas quais passaram a economia mundial e a reestruturação na esfera produtiva nas últimas décadas.

“O capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

- 1) Queda da taxa de lucro, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*;
- 2) Esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava;

- 3) Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) Maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) Crise do *Welfare state*;
- 6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.”

Pelos elementos expostos acima é possível concluir que a crise estrutural do capital, verificada nos países centrais a partir da década de 70 e em alguns países periféricos como o Brasil na década de 90, foi decorrente de taxas decrescentes de lucro proporcionado pelo modelo taylorista/fordista de acumulação.

O autor desenvolve ainda o raciocínio de que a reestruturação produtiva somada à desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais e da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros é mais predatória e devastadora para os países periféricos que não possuem condições de acompanhar as inovações tecnológicas junto aos países centrais.

Segundo Antunes (1999),

“Com exceção desses núcleos centrais, esse processo de reorganização do capital também não comportava a incorporação daqueles que não se encontravam no centro da economia capitalista, como a maioria dos países de industrialização intermediária, sem falar dos elos mais débeis dentre os países do Terceiro Mundo. A reestruturação produtiva nesses países deu-se nos marcos de uma condição subalterna.

E quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer por que não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também são controlados pelos países da tríade :E.U.A, Alemanha, Japão”.

Essa perversidade da reestruturação produtiva pôde ser percebida no Brasil dos anos 90. É forte não somente a diminuição de trabalhadores na indústria paulista como também a diminuição de trabalhadores com carteira assinada, somada ao significativo aumento de trabalhadores sem carteira assinada como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 : Variação do número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação paulista com e sem carteira de trabalho assinada na década de 1990

	Porcentagem de trabalhadores com carteira assinada.	Variação percentual. 1991-2000	Porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada.	Variação percentual. 1991-2000

	1991	2000		1991	2000	
São Paulo	92,51%	79,30%	-40,81%	7,49%	20,70%	90,77%
Campinas	91,66%	83,89%	-18,27%	8,34%	16,11%	72,40%
São José dos Campos	90,53%	83,83%	-13,08%	9,47%	16,17%	60,38%
Bauru	89,37%	78,94%	-2,15%	10,63%	21,06%	119,46%
Araçatuba	86,62%	82,66%	5,20%	13,38%	17,34%	42,92%
Central	92,92%	82,97%	-16,97%	7,08%	17,03%	123,76%
Marília	87,71%	80,81%	-6,04%	12,29%	19,19%	59,25%
São José do Rio Preto	82,45%	70,85%	1,40%	17,55%	29,15%	96,04%
Sorocaba	91,33%	82,67%	-9,71%	8,67%	17,33%	99,24%
Ribeirão Preto	91,30%	82,93%	-20,84%	8,70%	17,07%	70,93%
Presidente Prudente	77,64%	67,94%	-20,40%	22,36%	32,06%	30,43%
Santos	89,42%	78,51%	-35,97%	10,58%	21,49%	48,09%
Franca	85,10%	67,96%	-15,41%	14,90%	32,04%	127,77%
Barretos	91,93%	79,07%	-55,75%	8,07%	20,93%	33,45%
Registro	73,84%	59,17%	-39,86%	26,16%	40,83%	17,11%
Total	91,26%	80,06%	-29,59%	8,74%	19,94%	83,17%

Fonte: Microdados do IBGE. 1991-2000.

Org: Gregório Echeverria de Carvalho

Da Tabela, que mostra a variação de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, a primeira constatação é que ao todo, no estado de São Paulo, houve uma expressiva redução no índice de trabalhadores formais. Em nosso período analisado houve uma redução de quase 30% no total de trabalhadores com carteira assinada. O percentual salta de 91,26% em 1991 para 80,06% em 2000.

As regiões administrativas que lideraram as maiores variações foram Barretos (55,75%), São Paulo (40,81%), Registro (39,86%), Santos (35,97%), Ribeirão Preto (20,84%), Presidente Prudente (20,40%), Campinas (18,27%), Central (16,97%) e Franca (15,41%).

Dois aspectos nos chamam mais atenção: o primeiro deles refere-se à maior variação do estado de São Paulo que foi a região administrativa de Barretos e a terceira maior variação que foi a de Registro. Para ambos os casos, provavelmente sejam necessários um estudo mais aprofundado sobre cada uma dessas regiões especificamente para que seja possível identificar esses resultados. Talvez ocorra que a regionalização utilizada neste trabalho (Região Administrativa) não seja a mais adequada para a compreensão de relações de trabalho dado que a Região Administrativa homogênea e encobre muitas das disparidades que pode haver nos municípios que a compõem.

Destas variações, dois aspectos nos chamam mais atenção: o primeiro deles refere-se à maior variação do estado de São Paulo que foi a região administrativa de Barretos e a terceira maior variação que foi a de Registro. Para ambos os casos, provavelmente sejam necessários um estudo mais aprofundado sobre cada uma dessas regiões especificamente para que seja possível identificar esses resultados. Talvez ocorra que a regionalização utilizada neste trabalho (Região Administrativa) não seja a mais adequada para a compreensão de relações de trabalho dado que a Região Administrativa homogênea e encobre muitas das disparidades que pode haver nos municípios que a compõem.

Na região de Franca foi verificado o maior aumento da porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada. O aumento nesta região foi de 127,77%, o que significa que foram ultrapassados em muito o dobro daqueles que se encontravam ocupados sem carteira assinada e em segundo lugar encontra-se a região de Central onde também foi ultrapassado o dobro dos trabalhadores sem carteira assinada (houve aumento de 123,76%). Na região de Bauru houve aumento de 119,46%, em Sorocaba foi de 99,24% e em São José do Rio Preto foi de 96,04%.

Nestas regiões administrativas foi forte o aumento do número de trabalhadores sem carteira o que poderíamos até chamar de “explosão da informalidade” dado que os números apontam que para quase todas foi dobrado o valor do índice de trabalhadores sem carteira. Na outra ponta desta Tabela temos as regiões em que não foi tão expressivo o aumento do número de trabalhadores sem carteira: duas das três regiões administrativas em que foi constatada maior redução no índice de trabalhadores com carteira assinada foram exatamente as mesmas duas em que foi constatado os menores valores de aumento no número de trabalhadores sem carteira assinada. Trata-se das regiões de Registro e Barretos.

Em ambas as regiões foi extremamente expressivo a redução dos trabalhadores com carteira assinada, mas isso não significou necessariamente um aumento da informalidade como um todo, pois concomitante à esse dado não houve um aumento significativo do número de trabalhadores sem carteira assinada. De fato, de todas as RAs do estado, Barretos e Registro estão entre as três em que foi menor o aumento de trabalhadores sem carteira assinada. Em Registro houve aumento de 17,11%, em Presidente Prudente foi de 30,43% e Barretos foi de 33,45% (as três RAs compõem as menores variações), isto pode nos levar a afirmar que provavelmente o que ocorreu nas Regiões de Barretos e Registro foi uma verdadeira retração da economia industrial, dado que nem o setor formal e nem o informal apresentaram ritmo de crescimento expressivo. A partir das Tabelas que apresentamos, as RAs que provavelmente se enquadrariam como mais propícias à uma interpretação de que realmente houve aumento da informalidade teriam sido as regiões de Franca, Central, Bauru, Sorocaba e São José do Rio Preto.

Para compreender ainda mais a questão do aumento da informalidade é interessante compararmos os dados da primeira Tabela (que mostra o movimento de trabalhadores ocupados na indústria de transformação) com os dados da Tabela 2. Sabemos que na década de 90 houve contração da atividade industrial no estado de São Paulo, no entanto, algumas regiões administrativas apresentaram números que foram na “contramão” deste movimento, são as regiões: São José do Rio Preto (aumento de 18,01% da força de trabalho industrial), Bauru (10,78%), Araçatuba (10,24%), Franca (5,93%) e Marília (1,98%). Nestas regiões houve expansão da atividade industrial. Comparando com os dados da segunda Tabela percebemos que em algumas destas regiões (onde houve aumento do contingente de trabalhadores) ocorreu um forte aumento do contingente de trabalhadores sem carteira de trabalho. Apontamos entre elas as regiões de: Franca, Bauru e São José do Rio Preto. Para estas regiões, portanto é possível afirmar que provavelmente houve aumento da informalidade. O aumento da informalidade não pode ser visto apenas sob a ótica da redução de trabalhadores com carteira assinada, mas deve ser vista em uma conjuntura mais ampla, conjuntura esta que implica saber se houve redução ou não da atividade industrial e se justamente com esta houve aumento ou redução de trabalhadores com carteira

Estamos levando em consideração aqui as regiões administrativas que expandiram suas atividades industriais (como São Jose do Rio Preto, Bauru e Franca) e que ainda assim houve forte aumento do contingente sem carteira assinada. Isto nos permite elaborar a hipótese de que muito provavelmente boa parte dos empregos ofertados nesse período nessas regiões administrativas foram sem vínculo empregatício formal, denotando ainda processos de reestruturação das próprias atividades ali localizadas.

À nível nacional, considerando todo o mercado de trabalho brasileiro processo semelhante ocorreu. A década de 90 significou a desregulação (ou desestruturação) do mercado de trabalho, com uma de suas principais conseqüências o aumento do trabalho informal e, portanto da precariedade do mesmo. O índice de assalariamento, sendo a carteira assinada “símbolo” da formalidade das relações de trabalho no Brasil, é um dos melhores índices utilizados para análise da precarização do trabalho, pois o conceito de assalariamento está vinculado à relação formal de trabalho. No estado de São Paulo, a taxa de assalariamento em 1989 era de 56,4% em 1992 de 49,2% e em 2003 de 46,2% o que já nos mostra que no mercado de trabalho como um todo houve aumento da informalidade (Cano, 2001).

Ainda sobre a carteira de trabalho, mostramos no trabalho anterior (Echeverria, 2008) com base no artigo de Claudio Salvadori Dedecca (1998), o que exatamente foi a chamada “desregulamentação do mercado de trabalho” e como foi este processo para vários países, principalmente na década de 90.

A década de 90, marcada pelo neoliberalismo e pelo discurso da “minimização do Estado”, rompe com a intervenção estatal no planejamento produtivo agrícola e industrial e no mercado de trabalho. Sob o discurso que a indústria brasileira encontrava-se no final da década de 80 “acomodada” e

sem estímulo para as inovações e diferenciação de produtos, a intervenção do Estado em vários setores da economia passou a ser vista como maléfica ao aumento da produtividade requerida no período.

Com relação á desregulação do mercado de trabalho, Dedecca, faz uma abordagem desde o período pós-guerra (1945), quando o capitalismo viveu sua “era de ouro” analisando como a base produtiva e o processo de trabalho era controlado e regulado pelas instituições: Estado, representação patronal (empresas) e sindicatos. Essas instituições, através de acordos coletivos estabelecidos entre as mesmas, estruturavam o mercado de trabalho, inclusive na qualificação do trabalhador, pois esses acordos se amparavam nas leis que faziam a regulação das relações de trabalho associando os postos de trabalho às determinadas ocupações, qualificações e pisos salariais previamente estabelecidos e negociados com os sindicatos (Dedecca, 1998).

“Os acordos coletivos estruturavam de fato, os requerimentos associados a cada posto de trabalho, definindo os critérios de qualificação relacionados a cada um deles. Essas determinações se expressavam na construção de uma estrutura de ocupações, que vinculava cada uma delas a um conjunto de funções e tarefas e a uma formação profissional específica.

A inserção do trabalhador na estrutura de ocupações aparecia como resultado da regulação social que as negociações coletivas e o Estado exerciam sobre a contratação e uso da força de trabalho pelas empresas.

O controle social realizado pelas instituições políticas que regulavam o mercado de trabalho permitia, portanto, conhecer as qualificações mais demandadas pelo mercado de trabalho, tornando possível a execução de políticas públicas orientadas para determinadas qualificações e voltadas para certos segmentos da força de trabalho”. (Dedecca, 1998, pág.113)

A partir da década de 70, com a 3º revolução tecnológica que impulsionou uma grande reestruturação produtiva em escala global, a regulação do mercado de trabalho pelo poder público passou a ser vista como algo “maléfico” para a economia. As grandes empresas demandavam maior liberdade e autonomia para manejar a força de trabalho a fim de se sobressairem e aumentar o estímulo à inovação. Do tripé: Estado, representação patronal (empresas) e sindicatos, o Estado foi um dos que tiveram sua atuação mais reduzida, principalmente nos anos 90 com a proposta política e econômica de “Estado-mínimo”. Os sindicatos também foram enfraquecidos já que a forte reestruturação produtiva desempregou milhares de trabalhadores. Diante de um quadro tão instável com índices de desemprego muito elevados a atuação dos sindicatos passa a ser comprometida.

“Esse movimento (acordos coletivos) passou a ser contestado a partir da segunda metade dos anos 70, quando a crise e a reestruturação produtiva começaram a exigir mudanças na forma de regulação no processo produtivo. A flexibilização requeria maior liberdade na alocação de trabalho pela empresa. A situação econômica impunha alterações nas decisões de produção que induziam, de maneira mais recorrente, mudanças no processo de trabalho e que impediam a estabilidade ocupacional do trabalhador. Como parte desse movimento, vai surgindo um novo discurso que não mais privilegia a qualificação do trabalhador, mas suas competências.” (Dedecca, 1998, pág.142)

Dentro deste contexto iremos aprofundando as conseqüências que a reestruturação produtiva provocou para o mundo do trabalho. Partimos agora então para outra face da exploração do trabalho: a questão de gênero.

3- gênero e trabalho

A questão de gênero não é recente nos estudos sobre o trabalho. De fato, a discussão de gênero já havia sido tratada com bastante minuciosidade por Marx e Engels em seus escritos: “A ideologia alemã” e “A origem da família do Estado e da propriedade privada”. Estes autores apontam desde aquele período a nítida tendência de taxas de exploração maior sobre o trabalho feminino, sendo um dos responsáveis por tal processo o emprego da maquinaria.

Segundo Marx:

“Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob domínio direto do capital.” (1971:449/450)

O ingresso da mulher na produção permitiu, portanto ao capitalista extrair maiores taxas de lucro sendo uma das principais fontes destas o rebaixamento dos salários justamente em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina.

Marx e Engels, em “A ideologia alemã”, já demonstraram a dimensão de gênero associada à dimensão de classe. Em suas palavras:

“A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, ao que Engels acrescentou na *Origem da família da propriedade Privada e do Estado*, que o primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (1977:70/71)

Engels destaca ainda que é positiva a inserção da mulher no mercado de trabalho como forma de sua emancipação, mas que as relações de poder entre os gêneros se dá com intensidade tão significativa quanto as relações de poder entre as classes sociais.

“Hoje, na maioria dos casos, é o homem que de que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher o proletário. No mundo industrial, entretanto o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes(...)De igual maneira, o caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.(1977:80-81)”

Neste artigo tentaremos constatar esta tendência histórica de superexploração do trabalho feminino. Nosso recorte é a indústria de transformação paulista, no entanto, entendemos que por

tratarmos de estudar a indústria na década de 90, os fenômenos e processos de escala global acabam repercutindo e se fazendo sentir em âmbito mais regional como o estado de São Paulo.

O procedimento será analisar se a interiorização da indústria foi acompanhada do aumento da força de trabalho feminina, ou seja, se há relação entre os processos de desconcentração e a tendência de feminização. Mesmo que a feminização no estado de São Paulo não se faça sentir com tanta força tentaremos ver em quais R.As houve maior incorporação do trabalho feminino e quais as causas deste deslocamento espacial da indústria no território. Uma análise mais minuciosa deve ser ainda em quais setores da indústria de transformação houve (na década de 90) maior incorporação do trabalho feminino e quais teriam sido as possíveis causas destas mudanças no interior do setor produtivo paulista. O segundo passo será perceber se o aumento da informalidade tão nítida no estado e São Paulo incidiu com maior força sobre o contingente feminino.

Estes procedimentos que traçamos para esta pesquisa estão teoricamente referenciados em artigos e textos de pesquisadores que estudam a feminização no mundo do trabalho após o processo de reestruturação produtiva, desencadeada nas últimas décadas do século 20, especialmente no período que se inicia a partir da crise do taylorismo/fordismo, bem como na era da acumulação flexível.

Segundo Nogueira (2004), a reestruturação produtiva trouxe mudanças significativas para o mundo do trabalho e especialmente para o mundo do trabalho feminino. O que está em curso desde a década de 80 em âmbito global é um aumento da força de trabalho feminina no setor produtivo. Segundo a autora, a lógica da flexibilização na atual reestruturação produtiva do capitalismo juntamente com o neoliberalismo, estabelece relações com o crescimento do emprego das mulheres.

A autora avança ainda mais nessa discussão e apoiada nas pesquisas de Helena Hirata (2002), aponta como a inserção da mulher é desigual comparado ao homem,

“Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal quanto no informal do mercado de trabalho, ele se traduz, majoritariamente, nas áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis, “como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina” (Nogueira, 2004, pág.253).

A autora ressalta ainda que a perversidade da reestruturação produtiva incorpora o trabalho feminino exatamente nas ocupações em que predominam trabalhos precários e vulneráveis.

[...] o quadro apresentado possibilita uma reflexão sobre o papel feminino no mundo do trabalho, marcado por uma flexibilização mais acentuada, como por exemplo, o trabalho em tempo parcial realizado majoritariamente por mulheres. A intensificação da precarização no trabalho é também uma dimensão relevante, visto que as trabalhadoras “são menos protegidas tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais”.(Nogueira, 2004, pág.256).

Nogueira inicia suas análises com dados que mostram um significativo crescimento da população trabalhadora feminina em relação à população ativa durante as décadas de 1980 e 1990. A Tabela abaixo refere-se à evolução das mulheres na população economicamente ativa na União Européia.

Tabela 3 : Evolução das mulheres pertencentes à população economicamente ativa na União Européia- 1983-1996 (em %)

	1983	1987	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Europa dos doze	-	39,3	40,6	41,3	41,5	41,8	42,0	-
Europa dos quinze	-	-	-	-	-	-	42,3	42,5
Alemanha	39,1	39,5	40,9	42,6	42,5	42,7	42,9	43,1

Áustria	-	-	-	-	-	-	42,9	43,4
Bélgica	36,9	38,5	40,0	40,6	41,2	41,2	41,4	41,5
Dinamarca	45,5	46,0	46,6	46,8	46,9	46,2	45,5	45,7
Espanha	-	32,9	35,3	36,1	36,6	37,5	38,2	38,5
Finlândia	-	-	-	-	-	-	47,9	47,8
França	41,9	43,3	44,3	44,6	45,0	45,2	45,5	45,5
Grécia	34,1	35,8	35,8	36,8	37,0	37,3	37,9	38,7
Irlanda	31,1	32,8	34,1	35,4	36,6	37,3	37,6	38,4
Itália	34,1	35,6	37,1	36,8	36,7	37,0	37,3	37,8
Luxemburgo	33,5	35,2	35,6	37,2	36,4	37,2	36,0	37,0
Países baixos	33,8	37,6	39,5	40,4	40,6	41,1	41,3	41,8
Portugal	-	41,8	43,8	44,4	44,7	45,0	45,0	45,2
Reino unido	40,3	42,4	43,3	43,7	43,7	43,8	43,8	44,0
Suécia	-	-	-	-	-	-	47,7	47,7

*Na Europa dos doze estão excluídos os dados da Suécia, Finlândia e Áustria.

**A partir de 1991 e em todos os quadros trata-se de dados a respeito da Alemanha reunificada (40,9% em 1990)

Fonte: Eurostat, *Enquêtes sur les forces de travail (Apud Maruani, 2000:7)*

A autora chama atenção para o fato de que apesar do período em questão (principalmente a década de 80) ter sido de estagnação econômica na Europa desencadeada devido a todo processo de reestruturação econômica que marcou o continente Europeu sendo um dos elementos presentes nesse período a transição de vários países de uma economia planificada para o ingresso na economia de livre de mercado, apesar de toda esta conjuntura a atividade feminina não parou de crescer.

“Desde a década de 1960, do norte ao sul da Europa, assistimos a um crescimento espetacular da atividade feminina enquanto o emprego masculino é marcado ou pelo imobilismo ou pelo declínio. Pela primeira vez na História do mundo assalariado, as mulheres ingressaram intensamente no mercado de trabalho em um período de desemprego e de carência de emprego”.(Nogueira, 2004, pág.255).

A autora faz posteriormente uma análise mais detalhada de como se comportou várias economias da EU e fazendo também a comparação da feminização de alguns blocos como: países escandinavos (Noruega, Suécia e Finlândia), a Europa “do Norte” (Alemanha, países Baixos, Dinamarca e Inglaterra), Europa “do Sul” (Itália, Portugal e Espanha) e compara também a feminização e diferença salarial percebida na ex-Alemanha Oriental e Ocidental.

Posteriormente aos dados dos países europeus, a autora análise a feminização na América Latina com dados que nos ajudam a compreender ainda mais o processo de reestruturação produtiva a nível global e seus desdobramentos para o mundo do trabalho devido às singularidades que caracterizam as economias latino-americanas. As primeiras constatações da autora são de que na América Latina ocorre, a partir de 1990, um processo de feminização do trabalho, mas que, conta com algumas particularidades características das economias subdesenvolvidas que, como não poderia deixar de ser encontra-se presente também no Brasil e logo também no estado de São Paulo. A primeira delas refere-se à baixa presença de mulheres ocupadas na indústria em comparação à porcentagem de homens. Quando comparamos os

dados referentes à Europa percebe-se que a América ainda incorpora no setor industrial majoritariamente homens como pode ser constatado na Tabela 4. Isso obviamente não exclui que ocorra um processo de feminização como de fato foi percebido na maioria (principalmente nas maiores) das economias latino-americanas.

Tabela 4: América Latina (9 países): acesso a postos de trabalho assalariado segundo gênero. 1989-1997

Países		Homens			Mulheres		
Tipo*	Ano	Nº	%ocupação	%sexo			
Bolívia	1989	226.216	60,7	64,1	126.486	44,7	35,9
	1994	330.877	62,9	64,1	185.028	44,4	35,9
	1997	340.537	57,8	62,6	203.527	44,9	37,4
Chile	1987	1.263.624	69,4	61,2	802.393	78,6	38,8
	1994	1.859.322	73,6	62,1	1.135.712	78,9	37,9
	1998	1.904.487	73,9	58,3	1.362.346	80,5	41,7
Costa rica	1988	197.312	75,1	62,6	117.744	80,5	37,4
	1994	230.298	73,9	61,2	146.074	78,6	38,8
	1997	237.454	71,3	60,8	152.827	75,5	39,2
México	1984	5.996.701	79,8	68,4	2.772.587	74,4	31,6
	1989	7.946.210	79,7	66,4	4.012.670	77,2	33,6
	1996	9.741.657	75,9	64,8	5.296.543	71,3	35,2
Uruguai	1986	380.733	73,1	60,0	253.896	72,8	40,0
	1990	459.051	73,6	57,5	338.615	76,4	42,5
	1997	459.164	69,8	55,0	375.762	76,2	45,0
Tipo II							
Argentina	1990	1.814.789	68,7	63,1	1.060.831	70,9	36,9
	1997	2.015.939	72,5	61,3	1.271.448	74,2	38,7
Colômbia	1990	713.999	68,5	58,6	503.632	73,7	41,4
	1997	895.887	61,9	51,9	829.478	72,3	48,1
Brasil	1990	17.821.800	72,8	60,1	11.817.000	73,7	39,9
	1996	18.490.021	68,1	55,9	14.582.457	75,9	44,1
Venezuela	1990	2.313.903	67,9	62,5	1.287.361	76,7	37,5
	1997	3.025.901	63,3	61,3	1.911.368	65,8	38,7

Fonte: Cepal, baseado em pesquisas nos domicílios dos países respectivos (Adaptado por Claudia Nogueira).

*Segundo a justificativa apresentada por Leon, os países de tipo I são aqueles onde “as reformas estruturais foram introduzidas a partir do final da década de 1980 e de modo mais completo”. (2002:12)

**Os países de Tipo II são aqueles onde “as reformas foram introduzidas mais tardiamente, de forma parcial”. (op.cit. 12)

Para citar alguns exemplos da tabela, na Colômbia, por exemplo, de 1990 a 1997, houve uma diminuição da força de trabalho masculina de 58,6% para 51,9%, enquanto que a feminina cresceu, no mesmo período, de 41,4% para 48,1%. Podemos citar também o caso do Uruguai, onde, em 1986, os trabalhadores masculinos compunham 60% da força de trabalho e, em 1997, esse percentual diminuiu

para 55%, e o contingente das trabalhadoras aumentou de 40% para 45%, nesse mesmo período. A comparação desses dados é muito importante, pois é esta também a metodologia adotada por nós neste texto para verificar a presença ou não de feminização na indústria paulista.

Com relação à América latina a autora conclui que a incorporação do trabalho feminino ainda está longe de significar uma verdadeira emancipação das mulheres e que de fato o que se percebe é que se acentua a desigualdade de gênero na América Latina. Segundo a autora:

“A divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho feminino, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino”.(Nogueira, 2004)

No caso do estudo da feminização no Brasil, os dados que a autora utiliza vão ao encontro de todos os recortes feitos até então respeitando claro as especificidades da economia brasileira e mais precisamente da formação econômica e social do Brasil. Dentro do recorte temporal que a autora faz que vai de 1981 a 1998, ocorre um crescimento constante da população economicamente ativa feminina, chegando a alcançar 111,5% de aumento, que é muito mais acentuado que o masculino. A proporção do aumento de mulheres em relação aos trabalhadores é nítida: salta de 31,3%, em 1981, para 40,6%, em 1998. Nessa mesma época, o contrário ocorreu com os homens: recuo de 68,7%, em 1981, para 59,3%, em 1998(Nogueira, 2004).

Tabela 7 : Indicadores de participação econômica por sexo no Brasil.1981-1998

Sexo	População economicamente ativa (em milhões)							Taxas de atividade (%)						Proporção de mulheres entre os trabalhadores					
	1981	1985	1990	1993	1995	1998	%	1981	1985	1990	1993	1995	1998	1981	1985	1990	1993	1995	1998
H	32,6	36,6	41,6	42,8	44,2	45,8	40,5	74,6	76,0	75,3	76,0	75,3	73,9	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3
M	14,8	18,4	22,9	28,0	30,0	31,3	111,5	32,9	36,9	39,2	47,0	48,1	47,5	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6

Fonte:FIBGE:PNADs.*In Bruschini e Lombardi, Fundação Carlos Chagas, (s/data:3).

Da Tabela 5 a seguir, com dados que relacionam a desconcentração com feminização, é possível notar que na maioria das RAs do estado de São Paulo houve uma redução da participação dos homens na indústria, paralelamente ao aumento da participação das mulheres. Nas RAs de SP, Campinas, São Jose dos Campos, Bauru, Araçatuba, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Santos, Franca e Registro houve redução da participação masculina na totalidade da força de trabalho industrial.

Uma observação interessante que pode ser extraída da Tabela é sobre como a indústria paulista ainda emprega majoritariamente homens. Se considerarmos apenas como exemplo a RA com a menor porcentagem de homens do estado (Araçatuba) veremos que a mesma não ultrapassa 68%. Na grande maioria das RAs a porcentagem de homens oscila entre 70% e 80%.

Tabela 5: Porcentagem de homens ocupados na indústria de transformação paulista na década de 1990.

	1991	2000	Variação percentual
São Paulo	72,47%	71,17%	32,20%
Campinas	74,73%	74,15%	11,39%
São José dos Campos	83,37%	80,85%	8,96%
Bauru	73,76%	73,55%	-10,46%
Araçatuba	67,71%	64,91%	-5,68%
Central	73,56%	73,75%	6,77%
Marília	74,96%	77,54%	-5,50%
São José do Rio preto	74,00%	74,10%	-18,17%
Sorocaba	73,73%	75,52%	-2,17%
Ribeirão Preto	79,74%	79,63%	12,97%
Presidente prudente	77,81%	77,19%	9,76%
Santos	82,73%	81,83%	27,87%
Franca	70,61%	67,03%	-0,56%
Barretos	76,29%	80,42%	45,77%
Registro	79,86%	77,52%	27,16%
Total	73,88%	73,16%	20,51%

Fonte: Microdados do IBGE.1991-2000

Org: Gregorio Echeverria de Carvalho

Apenas cinco das 15 regiões administrativas do estado apresentaram aumento da participação de homens, são elas: Central, Marília, São Jose do Rio Preto, Sorocaba e Barretos. Com base, portanto nesses dados é possível afirmarmos que, apesar da conjuntura de retração da atividade industrial paulista na década de 90, houve uma incorporação maior de mulheres do que de homens, (ou em outras palavras) aumentou a participação de mulheres na indústria como mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Porcentagem de mulheres ocupadas na indústria de transformação paulista na década de 1990.

	1991	2000	Variação percentual
São Paulo	27,53%	28,83%	27,69%
Campinas	25,27%	25,85%	8,67%
São José dos Campos	16,63%	19,15%	-8,11%
Bauru	26,24%	26,45%	-11,66%
Araçatuba	32,29%	35,09%	-19,81%
Central	26,44%	26,25%	7,68%
Marília	25,04%	22,46%	8,54%
São José do Rio Preto	26,00%	25,90%	-17,53%
Sorocaba	26,27%	24,48%	7,08%
Ribeirão Preto	20,26%	20,37%	12,41%

Presidente Prudente	22,19%	22,81%	6,49%
Santos	17,27%	18,17%	23,27%
Franca	29,39%	32,97%	-18,82%
Barretos	23,71%	19,58%	57,51%
Registro	20,14%	22,48%	16,24%
Total	26,12%	26,84%	17,52%

Fonte: Microdados do IBGE. 1991-2000

Org: Gregório Echeverria de Carvalho

As Tabelas 5 e 6 são importantes de serem comparadas com a Tabela 2, pois a comparação das duas nos permite observar a possível relação entre o aumento da informalidade e feminização. Vimos na Tabela 2 que as regiões que apresentaram maiores variações no contingente de trabalhadores sem carteira assinada foram: Franca, com um aumento de 127,77%, Central (123,76%), Bauru (119,46%), Sorocaba (99,24%) e São José do Rio Preto (96,04%). Destas cinco regiões a que mais merece destaque é Franca. A RA de Franca foi a região em que foi constatado o maior aumento de trabalhadores sem carteira assinada de todo estado de São Paulo. Simultaneamente a esse fato verificamos também na tabela 5 e 6 que na década de 90 ocorreu uma diminuição da participação masculina (queda de 70,61% para 67,03%) e aumento da participação feminina (aumento de 29,39% para 32,97%).

Seria possível elaborar a hipótese de que para a Região Administrativa de Franca boa parte dos cargos que foram criados sem carteira assinada teria sido destinada provavelmente para as mulheres. Deve ser lembrado também que a região administrativa de Franca apresentou variação positiva na totalidade dos trabalhadores na década de 90 como mostra a Tabela 1. O caso de Franca não pode ser estendido às demais regiões administrativas em que ocorreu aumento da participação feminina e diminuição da participação masculina relacionando com informalidade. Os dados das Tabelas 3 e 4 nos mostram que foi significativo o aumento da participação feminina na força de trabalho industrial nas regiões administrativas: São José dos Campos (queda na participação masculina de 83,37% para 80,85% e aumento das mulheres de 16,63% para 19,15%), Araçatuba (aumento da participação feminina de 32,29% para 35,09%), Franca (aumento de 29,39% para 32,97%) e Registro (aumento de 20,14% para 22,48%) .

Nas demais regiões até houve um aumento da participação feminina na indústria e redução da masculina, mas tal redução foi muito pequena o que não nos permite estabelecer uma verdadeira relação entre feminização e aumento da informalidade. Das regiões administrativas em que percebemos ter ocorrido uma real feminização (São José dos Campos, Araçatuba, Franca e Registro) apenas na região de Franca detectamos ter havido um aumento significativo da informalidade (trabalhadores sem carteira assinada). Neste caso, então, é possível elaborar a hipótese que na região administrativa de Franca a precarização das relações de trabalho incidiu com maior intensidade sobre as mulheres. De fato, nas regiões em que percebemos maiores variações da informalidade (como Central, Sorocaba e São José do Rio Preto), não houve incorporação maior de mulheres no setor industrial. Nestas regiões especificamente o que de fato houve foi um aumento da participação masculina

Não seria correto estender este raciocínio que utilizamos para Franca à todas as outras Ra onde ocorreu aumento de trabalhadores sem carteira assinada. Ao compararmos os dados, percebemos que das cinco regiões que foram percebidos os maiores aumentos de trabalhadores sem carteira assinada em apenas duas constatamos aumento da participação feminina e redução da participação masculina (feminização).

Considerações finais:

Este texto procurou conhecer um pouco melhor e de maneira mais detalhada as relações que se estabeleceram no estado de São Paulo entre desconcentração industrial e o aumento da informalidade. Dado este primeiro passo, buscamos perceber se esse aumento da informalidade incidiu com maior força sobre o operariado feminino. Relacionando as tabelas elaboradas conseguimos identificar dados interessantes como o aumento expressivo de trabalhadores sem carteira assinada nas regiões administrativas de: Franca, Central, Bauru, Sorocaba e São José do Rio Preto . Ao tentarmos cruzar essas informações com a questão da feminização da indústria pudemos perceber dois aspectos importantes: o primeiro é que de fato houve um aumento da participação feminina na indústria paulista na década de 90. Como foi possível perceber nas Tabelas 3 e 4 na maioria das Regiões Administrativas do estado houve redução da participação masculina e aumento da participação de mulheres; outra constatação é a de que dentro das metodologias que utilizamos para estudar feminização e informalidade não foi possível constatar uma vinculação direta entre a feminização da força de trabalho industrial paulista e o aumento da informalidade.

Os resultados encontrados neste texto não devem ser encerrados com este trabalho. Dada a riqueza deste conteúdo juntamente com a ampla disponibilidade de dados se fará necessário ainda estender estes estudos para análises mais detalhadas a fim de compreendermos melhor por quais transformações realmente passou a indústria paulista.

BIBLIOGRAFIA:

CANO, W.BRANDÃO, C.MACIEL, C.S. **Economia Paulista**. Campinas: Alínea, 2005.

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C.; CORREA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FARAH, Marta F.S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C (Org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Edit. UNESP: ANPUR, 2003

LENCIONE. Sandra. Regiões Metropolitanas do Brasil. Radiografia da Dinâmica Recente do Emprego Industrial e da Remuneração do Trabalhador. In: SPOSITO. E.S. (Org.). **O mapa da indústria no início do séc.XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo**. Primeiro Relatório Parcial. Anexo 1. Textos com a base teórica e a metodologia do projeto. Presidente Prudente: FCT/UNESP/FAPESP. 2007.

MELAZZO, Everaldo Santos. Desigualdades sociais e territoriais em cidades de porte médio: mudanças na estrutura sócio-ocupacional nos anos 90. FCT/UNESP. **Tese de Doutorado**, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

SPOSITO, Eliseu Saverio ET AL. **Projeto Temático**. “O mapa da indústria no início do séc.XXI. Diferentes paradigmas para a leitura da dinâmica econômica do estado de São Paulo”. 2004. São Paulo.

SPOSITO. E.S. Reestruturação Produtiva e Reestruturação Urbana no Estado de São Paulo. In: SPOSITO. E.S. (Org.). **O mapa da indústria no início do séc.XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo**. Primeiro Relatório Parcial. Anexo

1. Textos com a base teórica e a metodologia do projeto. Presidente Prudente: FCT/UNESP/FAPESP. 2007.